pensar português

Portugal na Paz dos Bloqueios

Como nos habituámos a viver abaixo das nossas capacidades

PREFÁCIO
Pedro Passos Coelho

GUERRA & PAZ

PEDRO GOMES SANCHES

«Um Estado sem meios para alguma mudança
não tem meios para a sua conservação.»

Edmund Burke,
Reflexões sobre a Revolução em França

ÍNDICE

Prefácio, de Pedro Passos Coelho 11
Agradecimentos 23
Nota do autor 25
Nota de leitura 31
Introdução – A paz dos bloqueios 33

PARTE I
O PAÍS QUE ENVELHECE, ADIA E SE ESTREITA

Capítulo I O Inverno lento. 43
Capítulo II O pacto entre vivos e mortos 53
Capítulo III A porta e a casa 67

PARTE II
O ESTADO FATIGADO

Capítulo IV O labirinto e o balcão. 83
Capítulo V O organismo exausto 97
Capítulo VI A espada enferrujada 109
Capítulo VII O regime do adiamento. 127

PARTE III
O PAÍS DE TECTOS BAIXOS

Capítulo VIII Os sem-tecto 143
Capítulo IX Tectos baixos 151
Capítulo X A escola e a oficina 169
Capítulo XI O país que inventa pouco 175

PARTE IV
O PAÍS POR REABRIR

Capítulo XII A pedra angular. **185**
Capítulo XIII A vassourada **199**
Capítulo XIV A janela fechada **213**
Capítulo XV A casa da memória, a janela para o futuro **221**

Conclusão – Reabrir Portugal **231**

PREFÁCIO

Pedro Passos Coelho

Este é um livro que vale a pena ler e por múltiplas razões.

Começo pela mais importante. Trata-se de uma obra na qual se procede a um retrato bastante alargado sobre os bloqueios que impedem Portugal de viver num patamar de crescimento e de desenvolvimento acima daquele em que nos encontramos.

O retrato que Pedro Gomes Sanches aqui nos apresenta compreende uma dimensão de diagnóstico, com recurso a dados quantificados (oficiais e relativos a indicadores internacionais produzidos por instituições externas), e também uma dimensão de interpretação, leitura e contextualização que não é indiferente à claramente assumida orientação de análise correspondente à visão política do autor – que as classifica como sendo as de um «conservador, reformista e liberal», acrescentando por vezes a categoria de «direita» para se situar a si próprio politicamente ou para referenciar o seu ponto de observação ou de leitura.

As áreas sobre as quais incidem o diagnóstico e a análise preenchem um espectro muito extenso e variado, compreendendo temas relativos à sociedade em geral, mas também temas marcadamente mais económicos e políticos: demografia, natalidade, família, migrações, integração social, coesão territorial e social, proteção social e emprego, saúde, educação, cultura, habitação, fiscalidade, produtividade e competitividade, ciência e inovação, justiça, mar, segurança e defesa, transparência e corrupção, sistema

político e questões de governabilidade, administração pública e funcionamento do Estado, entre outros.

Estamos, portanto, a falar de assuntos que há muito alimentam o debate público na esfera social, económica e política, e que se inserem em linhas de discussão pouco consensuais que tradicionalmente separam os diferentes espectros políticos e partidários. Que tipo de sociedade desejamos construir? O que esperamos do Estado, das suas funções e da sua dimensão organizacional e financeira? De que modo a estrutura económica, incluindo o mundo das empresas, do trabalho e da fiscalidade, nos pode entregar uma promessa de maior prosperidade e de rendimento mais elevado? Como nos poderemos sentir mais bem governados e dispormos de mecanismos que assegurem melhor ligação entre representação e governação?

Estas perguntas, formuladas a título de exemplo, ajudam-nos a antever com mais clareza que não há – e ainda bem que não há – uma única resposta certa para cada uma das interrogações, do mesmo modo que a maior ou menor ênfase colocada em cada uma delas sempre traduz uma medida da importância ou da urgência que sentimos existir nos problemas que nos afetam e que valorizamos diferentemente.

Porém, independentemente do ponto de observação e de análise em que cada um se possa encontrar para abordar estas questões, e da orientação política que se esteja inclinado para seguir na formulação das respostas a dar, a diversidade de opiniões pouco consensuais contrasta com a relativa insatisfação geral perante os problemas em equação. Quer dizer, podemos não conseguir entender-nos facilmente sobre o caminho a seguir e sobre o que queremos alcançar em particular, mas há um sentimento generalizado de que não estamos bem como estamos. E se não estamos bem como estamos, então deve ser feito um esforço sério e aberto para equacionar diferentes abordagens e respostas aos problemas que nos penalizam, de modo a reduzir as áreas de dissenso e a alargar os limites para possíveis entendimentos políticos.

Nesta linha de observação, há uma segunda razão por que este livro vale a pena ser lido. Apesar de o retrato social, económico e político que aqui é apresentado não explorar nem pretender explicar causas remotas (o que tornaria o livro bastante mais pesado) e de não ser imune ao ponto de observação em que o autor se coloca, o diagnóstico dos bloqueios e

dos motivos de insatisfação coletiva é feito com bastante realismo e objetividade, e a análise subsequente vem imbuída de uma visão que o autor reclama sem subterfúgios: ora, podemos discordar uns dos outros sobre muita coisa, mas uma sociedade democrática madura, que ainda por cima não se sente bem como está apesar das divergências que possam existir no seu seio, tem a obrigação de dialogar e de se ouvir na genuinidade das suas diferentes perspetivas. Os que não se identificam como sendo «conservadores, reformistas e liberais» nem se sentem como sendo de «direita», mas que são democratas e se interessam pela pólis que é de todos, deverão ter interesse em analisar e conhecer outras possíveis perspetivas de identificar, analisar e endossar problemas e caminhos que, a serem prosseguidos, dirão respeito a todos e a todos afetarão. E o esforço que o autor faz para nos apresentar a sua visão e orientação destes assuntos tão importantes é manifestamente sério e empenhado, desde logo quando visto de uma mera perspetiva cidadã.

Por outro lado, Pedro Gomes Sanches declara muito francamente que o livro não pretende oferecer nenhuma espécie de «programa político», quer dizer, apesar de partir de um diagnóstico da situação e de conter uma visão ambiciosa sobre o que se pretende fazer e alcançar, nestas páginas não se desenvolve a dimensão sobre «o que fazer» em concreto e «como fazer», que obrigaria a um exercício diferente e muito provavelmente menos solitário. Isso não diminui, no entanto, o interesse e a relevância de toda a abordagem trazida pelo autor: além do retrato cuidado e impressivo, não faltam orientações e princípios a seguir nas respostas a formular e na concretização das respetivas políticas a empreender. Aliás, em cada um dos capítulos nota-se o cuidado sistemático de formular as linhas de política ou de reforma a empreender, além dos objetivos a alcançar. Trata-se, por tudo isto, de um contributo relevante e muito bem estruturado para qualquer agenda reformista que se entenda pôr em prática no plano político.

Outro aspeto que se torna muito saliente, lendo este livro, é que o leitor é levado a compreender melhor que, na sua maioria, os temas e as políticas públicas se influenciam entre si. Na verdade, praticamente não há políticas estanques, quer porque os problemas estão muito interligados nas suas diferentes causas, quer porque as soluções que se adotem em

cada caso produzem efeitos que trazem frequentemente implicações para outras áreas de política.

Veja-se o caso claro do que se passa com o sistema previdencial. A sua relação com a demografia é imediata: apesar de o nosso sistema de pensões compreender uma dimensão de pura base solidária financiada primordialmente por impostos (desde logo associada à necessidade de corrigir ou de complementar as insuficiências de qualquer sistema de seguro social de pura base contributiva, ou simplesmente decorrente da obrigação de assegurar uma função de justiça redistributiva perante situações ou limiares de maior carência ou vulnerabilidade económica), o sistema comporta significativamente uma dimensão contributiva que assenta num sistema de repartição (em que não há lugar à capitalização dos descontos efetuados, mas em que estes descontos realizados pelas atuais gerações ativas e respetivas empresas são utilizados para financiar as pensões dos reformados atuais). Conclusão, uma demografia «recessiva», com cada vez menos população em idade ativa e cada vez mais idosos a viverem um maior número de anos, tem dificuldade em financiar adequadamente as pensões. Quer dizer, o sistema é automática e duplamente sensível ao envelhecimento e à fraca natalidade. E se não se duvida das evidentes vantagens de prosseguirmos políticas que aumentem a esperança média de vida à nascença e uma vida mais longeva com qualidade, por outro lado há um problema igualmente evidente se as pessoas quiserem ter filhos cada vez mais tarde e em muito menor número, como de resto acontece há variadíssimos anos (e elas são livres de assim o desejarem).

Claro que outras questões, além da demografia, concorrem também para a ponderação da gravidade do problema ou para as perspetivas de solução. Por exemplo, uma economia com maior dinamismo e de maior valor acrescentado pode proporcionar uma evolução do emprego e dos salários mais favorável aos maiores descontos que é útil assegurar no presente, apesar de tornar o esforço de contribuição ainda mais elevado no futuro. Infelizmente, ainda não é o nosso caso em Portugal… Claro que uma economia de maior valor acrescentado exige um capital humano bastante mais qualificado (o que tem formalmente melhorado, embora materialmente o resultado seja menos exigente do que seria o recomendável), exige também níveis e escala de investimento mais elevados e em setores tecnologicamente mais avançados (nos quais temos falhado

AGRADECIMENTOS

«*Que tens tu que não tenhas recebido*?» –
São Paulo, 1 Coríntios 4,7

Ao meu «pequeno pelotão» – essa feliz formulação *burkeana* –, em nome do amor que lhe tenho: aos meus pais, que vieram antes de mim e que me abriram todas as portas que encontraram fechadas; à Ana, que caminha comigo na alegria e na tristeza, na saúde e na doença, todos os dias da nossa vida; ao Afonso, à Carolina, ao Diogo e à Mariana, a quem dedico este livro, na esperança de que tenham uma vida pelo menos tão feliz e tão livre quanto a que eu próprio pude experimentar.

Aos meus amigos, que me ouvem, me lêem, discutem comigo, me incentivam, me corrigem, se alegram com as minhas alegrias e se entristecem com as minhas tristezas.

Ao João Vacas, que voluntária e generosamente se entregou à paciente – e, porque não dizê-lo?, amorosa – tarefa de ler este livro com atenção, devolvendo-me mais de mil (!) correcções, sugestões e comentários; alguns deles tão hilariantes que tornaram mais leve e divertida a árdua tarefa da última revisão do manuscrito.

NOTA DO AUTOR

Entre o país que vejo e o país que gostaria de ver

Poderão os meus quatro filhos continuar a viver, confortáveis e felizes, nesta nossa pátria amada? A esta dúvida, mais pessoal, mais familiar, soma-se uma inquietação persistente, mais colectiva, mais nacional, com a constatação da diferença entre o país desejado e o país conseguido, entre o país possível e o país real: eis, aqui, a síntese do meu estado de espírito à partida para este livro. A este estado de espírito, seguiu-se a desestabilizadora e derradeira pergunta que aqui me trouxe: que posso eu fazer?

Foi mergulhado nesta inquietação – a convicção de que Portugal pode ser melhor –, e procurando contribuir humildemente para isso, que escrevi estas páginas. Num tempo marcado por uma espécie de conflito quase apocalíptico em todos os níveis da discussão política, em que tudo parece final e fatal, procurei derrogar o *zeitgeist* e fazê-lo da forma mais equilibrada que me foi possível, trazendo à escrita aquilo a que Oakeshott chamou «disposição conservadora». Fi-lo sem catastrofismo, porque continuo a ver no país recursos, talento, decência e possibilidades; mas também sem conformismo, porque me parece que a pior forma de amar uma comunidade é habituarmo-nos demasiado depressa às suas insuficiências.

Este livro não é uma tese académica, nem pretende encerrar discussões com autoridade universitária. É um ensaio de intervenção: usa dados, relatórios e comparações para ordenar uma inquietação política e propor uma leitura de conjunto sobre Portugal.

Também não é um livro sobre este governo (independentemente de quando o estimado leitor o estiver a ler), nem, na verdade, sobre nenhum governo em particular. É sobre Governo. Sobre o difícil serviço, muitas

vezes ingrato, de transformar poder em decisão, decisão em execução, execução em resultados, e resultados em confiança. Como os chapéus – diria o Vasquinho da Anatomia –, governos há muitos. Governos passam. O problema português, esse, perdura. Tem sobrevivido a maiorias, a coligações, a legislaturas, a líderes promissores e a chefes exaustos. Muda de narrativa, troca de rosto, actualiza os seus álibis, mas conserva uma estranha fidelidade a si próprio.

Por isso, este livro também não é sobre estes partidos. Nem sei por onde começaria… Como ouvi Adolfo Mesquita Nunes dizer várias vezes, mais ou menos assim, «nunca houve tanta oferta partidária na minha área política e nunca me senti tão pouco representado». Não foi escrito, portanto, para ajustar contas com A, absolver B ou aconselhar discretamente C. Ainda assim, não escondo uma preferência: gostaria que fosse de maior proveito aos partidos que não são socialistas – sejam lá eles quais forem. Não por sectarismo (juro!), nem por qualquer ilusão pueril de pureza política (tão danosa!). Apenas porque, depois de tantos anos em que Portugal se habituou a confundir governo com Estado, Estado com administração, administração com despesa e despesa com justiça social, talvez caiba a outros provar que há uma maneira diferente de servir o país. Mais exigente. Mais livre. Mais responsável. Menos dependente do automatismo segundo o qual cada problema público pede sempre mais máquina, mais norma, mais tutela, mais dinheiro e mais desculpa.

Este livro não é um programa político. Não traz um caderno de encargos, uma folha de Excel ou um PowerPoint de promessas, nem a vaidade tecnocrática de imaginar que todos os problemas cabem numa matriz de implementação. Mas também não finge neutralidade perante a cobardia. Há uma forma muito portuguesa de prudência que, vista de perto, é, tantas vezes, apenas falta de competência engravatada (ainda que os políticos as usem cada vez menos). Há uma forma muito portuguesa de consenso que, por vezes, não passa de desistência colectiva com boas maneiras e más intenções. E há uma forma muito portuguesa de estabilidade que aprendeu a viver demasiado bem com o bloqueio; uma espécie de estagnação. Se este livro tem uma inclinação, é esta: prefere a coragem imperfeita à gestão perfeita do adiamento; mais vale perder o poder por ter tentado fazer bem do que mantê-lo sem arriscar fazer melhor. Todavia, isto não é para toda a têmpera de políticos.

NOTA DE LEITURA

O livro que se segue pode ser lido saltando capítulos. Em todos eles o leitor encontrará uma metáfora de abertura, uma descrição do sector com apresentação de pontos fortes e fraquezas, e sugestões de reforma para mitigar ameaças e aproveitar oportunidades. Alguns dados, considerando a relação entre temas, surgem repetidos em vários capítulos, pelo que, caso o leitor opte por este tipo de leitura, não se perderá nada de essencial. Todavia, a leitura contínua permite uma visão de conjunto, que, não poucas vezes, é precisamente o que falta à política portuguesa: visão integrada, ambição realista e um desígnio amplamente anunciado; neste caso: reabrir Portugal.

Portugal já quis ser – para não recuar excessivamente no tempo – um país pluricontinental, do Minho a Timor; uma democracia; fazer parte de uma comunidade europeia de países desenvolvidos; convergir com esses países em termos de riqueza e qualidade de vida. Em todos estes momentos foi necessário visão global. E agora? A resposta a esta pergunta, que no fundo é a resposta à pergunta «para onde caminhamos como país?», pode mais facilmente, sem chavão, ser encontrada numa leitura integral e sequenciada do livro.

INTRODUÇÃO

A paz dos bloqueios

Há momentos em que as crises chegam estrepitosas. O tecto abana, os vidros partem, as pessoas correm, os governos tombam, os jornais urram. Foi o que aconteceu em Portugal em 2011, quando, depois de seis anos de governo do Partido Socialista liderado por José Sócrates, a dívida pública passou de 73,7 % em 2006 para 114,4 % do produto interno bruto (PIB) em 2011 e, para garantir o normal funcionamento das instituições, mitigar os riscos reais de falência do Estado e manter o financiamento externo, o país teve de pedir ajuda – leia-se: dinheiro – a uma *troika* de entidades, cujo caderno de encargos ficou conhecido por «Memorando de Entendimento». E depois há momentos em que os países entram em crise de forma mais subtil; que são por isso mesmo mais perigosos: não caem, vão-se inclinando; não implodem, erodem-se; não se acabam, adiam-se. Portugal aperfeiçoou essa arte. A arte de se degradar em surdina.

Não tanto pelo desastre visível, mas pelo adiamento. Não pela ruptura abrupta, mas pelo hábito. Não pela falência declarada, mas pela acomodação. É pior.

Portugal não é, hoje, em 2026, um país em chamas, mas um país mais insidioso do que isso: um país que aprendeu a viver entre ruínas administradas sem lhes chamar ruínas. A electricidade ainda funciona (menos quando não; quando há apagões ou tempestades violentas). As escolas abrem (menos quando há greves: normalmente à sexta-feira). Os hospitais resistem (menos quando as urgências fecham). As pensões chegam (menos quando o mês teima em se prolongar). Os turistas enchem as ruas (menos nos subúrbios, onde ninguém quer ir). Os restaurantes

servem jantares (menos àqueles que não têm dinheiro para pagar a conta). As exportações, aqui e ali, aguentam-se (menos acoli e acolá). Há, em suma, uma aparência de normalidade europeia suficientemente decente para adiar o embaraço. A casa, vista de fora, parece habitável. Vista de dentro, também. Porém, basta encostar o ouvido à parede para ouvir o estalar da estrutura.

Foi essa a grande habilidade portuguesa das últimas décadas: substituir transformação por administração, decisão por expediente, ambição por «prudência de gabinete» (ou cativações, se preferirem um termo mais técnico). Onde era preciso escolher, protelámos. Onde era preciso simplificar, acrescentámos camadas, condições de recursos, *apps* de descontos e apoios extraordinários mediante verificação de rendimentos declarados. Onde era preciso cortar, remendámos. Onde era preciso dizer não, abrimos mais uma excepção. O país tornou-se uma máquina particularmente talentosa a adiar o preço das suas próprias contradições.

É a isto que chamo a paz dos bloqueios.

Chamo-lhe paz porque não vivemos, em regra, sob a violência aberta de uma sociedade em implosão. Ainda. Não há guerra civil, nem hiperinflação, nem bancarrota iminente, nem convulsão de regime. Ainda. O quotidiano decorre. As instituições funcionam o suficiente para não parecerem mortas. Ainda. A ordem mantém-se. Ainda. O país não dá espectáculo. E quando dá, normalmente, é ópera bufa. E isso, em Portugal, conta sempre a favor do regime. Por enquanto.

Mas chamo-lhe também bloqueios porque, por baixo dessa paz administrativa, se acumularam travões a fundo: um Estado mais gordo do que forte; uma economia que melhora sem descolar; uma demografia que emagrece o futuro; uma Segurança Social assente em equilíbrios temporários; um sistema de saúde que vive da abnegação dos seus profissionais, mais do que da racionalidade do seu desenho; uma dificuldade crescente em definir e governar a comunidade política; uma justiça lenta e – arrisco a metáfora – de tipo «sanduíche» (com os ricos a pagar tudo o que protele, os pobres a beneficiarem de fraco apoio judiciário, mas custos cobertos e a classe média a suportá-los todos, limitando-se nos recursos); uma soberania tratada demasiadas vezes como formalidade; uma cultura frequentemente reduzida a programação e subsídios quando devia ser alicerce de